

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*A seção de Política e Opinião Pública deste mês trata da crise do governo Bolsonaro, cujo ápice foi a veiculação de uma carta em que afirma que o Brasil é “ingovernável”, e da convocação de protestos em defesa do governo e contra o Congresso e a “classe política”.*

## Antipolítica continua sendo aposta do governo Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro aposta no discurso antipolítica para insuflar sua base de apoio na sociedade e para pressionar o Congresso Nacional a votar sua agenda econômica e social. Ao atacar o que chama de “velha política” e condenar “velhas práticas”, o presidente repete o mote discursivo da campanha eleitoral “contra tudo que está aí” e aponta inimigos a serem combatidos para justificar o fraco desempenho político e econômico do governo.

Não obstante, o presidente convocou manifestações de rua para “protestarem em favor” de seu governo, de propostas como a reforma da Previdência e o pacote de Sergio Moro - denominado por este como lei anticrime - contra a velha política e a corrupção.

A crise entre olavistas e militares, centrada nas figuras do ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, e do ex-comandante do Exército, general da reserva Eduardo Villas Bôas, se acentuou no início de maio. O governo apostou no

conflito para desviar o foco do fracasso econômico. O vice-presidente Hamilton Mourão, no entanto, reagiu aos ataques de Olavo de Carvalho contra a cúpula militar, e pediu que ele se afaste do governo.

Em ofensiva, ou não, governo determinou um corte de 44% nos recursos destinados ao Ministério da Defesa, que perderá 5,8 bilhões de reais, de um orçamento de treze bilhões de reais. Segundo os generais “nem no governo do PT aconteceu um corte desse tamanho”. Com isso, o Ministério da Defesa passou a ser o segundo ministério que mais sofrerá cortes, atrás apenas do Ministério da Educação, que perderá 7,3 bilhões de reais. Os cortes da educação atingem especialmente as universidades públicas e tendem a comprometer, inclusive, o recebimento de bolsas e cumprimento do ano letivo.

Para explicar os cortes orçamentários na Educação, o centrão se uniu à oposição e convocou o ministro Abraham Weintraub para prestar esclarecimentos

sobre o contingenciamento. Bolsonaro chegou a ligar para o ministro da Educação e afirmar que não haveria cortes, o que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da Economia, Paulo Guedes, negaram. O incidente gerou tumulto entre os líderes dos partidos aliados, que chegaram a afirmar que “o governo vai pagar um custo muito alto por isso”.

Desde o conflito com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em março, a crise de governo e de governabilidade vai e volta, e o centrão, bloco parlamentar formado por partidos de centro e centro-direita, como o MDB, PP, PL (antigo PR) e outros, se coloca como o principal ator institucional do Congresso a pressionar o governo e seus articuladores, como o ministro da Casa-Civil Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

À época, o conflito deixou clara a estratégia do Executivo de transferir o ônus do desmonte da Previdência para os deputados, deputadas, senadores e senadoras, em especial ao apontar que o oposto, o fracasso da reforma, seria de responsabilidade do Congresso, em especial de Rodrigo Maia, que à época reagiu.

O centrão, com cerca de 250 votos, pode fazer grande estrago ao governo, que parece pouco disposto a ceder ao diálogo. Os deputados reivindicam mais autonomia do Congresso, reconhecendo a necessidade de tocar as pautas que lhes interessam, estando ou não de acordo com o governo.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), principal articulador desse movimento, afirma que levará à votação na Câmara o necessário “para fazer o país andar”. Medidas encaminhadas pelo Executivo, como o decreto de porte de armas, podem ser barradas pelo Congresso.

O centrão conseguiu acordo com a oposição para não obstrução dos debates da reforma da Previdência, e o ministro Paulo Guedes foi recebido no Congresso para defender a aprovação integral do texto, prevendo uma economia de 1,2 trilhão de reais em dez anos e a privatização da Previdência, por meio do sistema de capitalização, o que a oposição não aceita negociar, bem como a redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural.

Líderes do governo tratam os ajustes propostos pe-

los parlamentares à proposta como “intromissão do Congresso” e, de certa forma, o governo desqualifica as propostas de ajustes da reforma apresentada pelos parlamentares. O próprio ministro Paulo Guedes ameaça demissão se a proposta de reforma da Previdência for muito desidratada, o que mantém o clima tenso entre Congresso e governo.

Insinuações do líder do governo na Câmara, deputado Vítor Hugo (PSL-GO), de que os parlamentares vendiam seu apoio às medidas do governo, fez com que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), rompesse com Hugo. Disputando forças com o governo, em acordo com líderes do centrão, Maia aprovou a MP 870, que reorganizou o governo em 22 ministérios e impôs a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça, devolvendo-o ao Ministério da Economia, e a retirada da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e a demarcação das Terras Indígenas da Agricultura, colocando-os de volta no Ministério da Justiça.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) analisa movimentações financeiras e denuncia as que são consideradas suspeitas, como, por exemplo, as realizadas por Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, à época que o filho do presidente da República era deputado estadual pelo Rio de Janeiro.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinou a quebra de sigilos bancário e fiscal do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e de seu ex-assessor Fabrício Queiroz. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou movimentação de mais de 650 milhões de reais por Fabrício Queiroz, oriundos de depósitos de servidores da Alerj, típicas de uma operação conhecida como “rachadinha”.

Tais investigações seguem mostrando a influência do ex-assessor para nomear pessoas que nunca sequer pisaram no gabinete de Flávio ou até de Jair Bolsonaro quando este era deputado federal, incluindo aquelas vinculadas a milícias cariocas.

O inquérito apurou também a contratação de Adriano Magalhães da Nóbrega, um dos chefes do Escritório do Crime, organização miliciana do Rio de Janeiro, envolvida no assassinato de Marielle

Franco, pelo gabinete de Flávio. O senador pede a anulação da investigação e acusa o MP de vaziar informações sigilosas, com o objetivo de atingir o governo de Jair Bolsonaro, que se elegeu com forte discurso contra a corrupção e a “velha política”.

Somado a isso, o governo perde popularidade e, já aos cinco meses, sua avaliação negativa supera a positiva. A principal razão para essa inversão se deve a medidas antipopulares, sobretudo aos cortes na área da educação. No dia 15 de maio, a maioria das universidades e institutos federais, entidades estudantis (União Nacional dos Estudantes), Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além de professores, estudantes e funcionários de diversas escolas públicas e privadas, foram às ruas para exigir que o governo recue dos cortes. Em todo o país, mais de dois milhões de pessoas protestaram contra os cortes na educação e mostraram sua insatisfação.

No dia 18 de maio, o presidente Jair Bolsonaro divulgou uma carta que foi comparada à fatídica carta renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, que, em 1961, renunciou numa tentativa de autogolpe afirmando que “forças terríveis” levantavam-se contra ele. Num jânismo pitoresco do século 21, o conteúdo da carta veiculada por Bolsonaro apontava um Brasil “ingovernável” fora dos conchavos, onde o presidente não teria poder algum frente às “corporações” e que era impossível atender à vontade dos eleitores por causa de interesses escusos. E que nesta toada o país daria “adeus Moro, Mansueto e Guedes”, referindo-se ao ministro da Justiça, ao secretário do Tesouro Nacional e ao ministro da Economia.

A veiculação da carta foi feita em uma semana na qual o governo lidava com a ameaça do Congresso de não votar medidas provisórias próximas de

vencer, como a 870/19. Não obstante, o Congresso ameaçava alterar trechos da MP, como o que transferia o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do então Ministério da Fazenda para o então recém criado Ministério da Justiça e da Segurança Pública, comandado por Sérgio Moro.

Para além do Congresso, o governo passava também por conflitos internos cada vez mais acirrados. Não obstante, houve uma verdadeira campanha do filho do presidente, Carlos Bolsonaro, contra o vice-presidente general Hamilton Mourão. Em meio a tantos conflitos, Bolsonaro veiculou a carta e logo após divulgou em suas redes sociais convocatórias para uma “Marcha à Brasília”, com a palavra de ordem “Basta!” e com o mote “estamos cansados de ver os corruptos querendo sabotar o governo e destruir o Brasil”.

As manifestações pró-Bolsonaro se mostraram menos vigorosas do que as realizadas contra ele no dia 15. Apesar de não envolverem o número de pessoas esperado, serviu para garantir o capital político de Jair Bolsonaro relativamente robusto, ainda que venha caindo, como indicam as pesquisas de opinião.

No entanto, a manifestação pró-Bolsonaro não atingiu, ao menos neste momento, o efeito esperado. Por não demonstrar força suficiente para pressionar o Congresso pelas ruas, a convocação e o próprio teor das manifestações, repletas de provocações, podem dificultar ainda mais as relações com o Congresso. A presença do major Olímpio, líder do governo no Senado, na manifestação da Avenida Paulista, em São Paulo, com críticas abertas ao Congresso, pode levar essa relação a azedar de vez. Bolsonaro segue, portanto, dividindo o país. O novo protesto contra os cortes na educação promovidos pelo governo, convocado para dia 30, pode aprofundar essa cisão.